

OBSTRUINDO O FUTURO DO BRASIL: COMO O AGRONEGÓCIO PREJUDICA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

OBSTRUCTING BRAZIL'S FUTURE: HOW AGRIBUSINESS UNDERMINES A NATIONAL DEVELOPMENT PROJECT

OBSTRUYENDO EL FUTURO DE BRASIL: CÓMO EL AGRONEGOCIO PERJUDICA UN PROYECTO DE DESARROLLO NACIONAL

José Batista de Andrade¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4308

Recibido: 21/01/2026| Aceptado: 23/01/2026| Publicación en línea: 03/02/2026.

RESUMO

Este artigo examina criticamente a afirmação de que "o agro é tech, é pop, é tudo" e questiona se o agronegócio constitui efetivamente o fator econômico de maior relevância para o desenvolvimento brasileiro. A pesquisa investigou como a consolidação do modelo agroexportador funciona como mecanismo estrutural de captura estatal, financeirização da economia e impedimento da diversificação produtiva e inovação tecnológica interna. Utilizando-se de análise bibliográfica fundamentada em aspectos socioeconômicos do Brasil, o trabalho examinou os processos de desindustrialização e a inconclusão do departamento de bens de capital no país. Os resultados demonstram que a subordinação da estrutura produtiva brasileira ao setor agrário exportador não é acidental, mas produto de escolhas políticas que refletem relações de poder historicamente enraizadas. Conclui-se que a construção de um autêntico projeto de desenvolvimento nacional exige a subordinação do agronegócio a objetivos mais amplos de diversificação produtiva, geração endógena de tecnologia e democratização do acesso à terra e à renda, transformando fundamentalmente as estruturas de captura estatal pelo grande capital agrário.

Palavras-chave: Agronegócio. Desenvolvimento Nacional. Desindustrialização. Captura Estatal. Inovação Tecnológica. Dependência Econômica.

ABSTRACT

This article critically examines the slogan "agro is tech, agro is pop, agro is everything" and questions whether agribusiness effectively constitutes the most relevant economic factor for Brazilian development. The research investigated how the consolidation of the agro-export model functions as a structural mechanism for state capture, the financialization of the economy, and an impediment to productive diversification and endogenous technological innovation. Utilizing a bibliographic analysis grounded in Brazil's socioeconomic aspects, the study examined the processes of deindustrialization and the incompleteness of the capital goods sector in the country. The results demonstrate that the subordination of the Brazilian productive structure to the agrarian

¹ Mestre em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: jbatista.ce@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5578-8024>

export sector is not accidental, but the product of political choices that reflect historically rooted power relations. It concludes that the construction of an authentic national development project requires the subordination of agribusiness to broader goals of productive diversification, endogenous technology generation, and the democratization of access to land and income, fundamentally transforming the structures of state capture by large agrarian capitals.

Keywords: Agribusiness. National Development; Deindustrialization. State Capture. Technological Innovation. Economic Dependency.

RESUMEN

Este artículo examina críticamente la afirmación de que "el agro es tech, es pop, es todo" y cuestiona si el agronegocio constituye efectivamente el factor económico de mayor relevancia para el desarrollo brasileño. La investigación indagó cómo la consolidación del modelo agroexportador funciona como mecanismo estructural de captura estatal, financiarización de la economía e impedimento de la diversificación productiva y la innovación tecnológica endógena. Utilizando un análisis bibliográfico fundamentado en aspectos socioeconómicos de Brasil, el trabajo examinó los procesos de desindustrialización y el carácter inconcluso del departamento de bienes de capital en el país. Los resultados demuestran que la subordinación de la estructura productiva brasileña al sector agrario exportador no es accidental, sino producto de elecciones políticas que reflejan relaciones de poder históricamente enraizadas. Se concluye que la construcción de un auténtico proyecto de desarrollo nacional exige la subordinación del agronegocio a objetivos más amplios de diversificación productiva, generación endógena de tecnología y democratización del acceso a la tierra y a la renta, transformando fundamentalmente las estructuras de captura estatal por parte del gran capital agrario.

Palabras clave: Agronegocio. Desarrollo Nacional. Desindustrialización. Captura Estatal. Innovación Tecnológica; Dependencia Económica.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Enquanto o Brasil celebra recordes sucessivos de produção e exportação agrícola, proclamando-se a "grande fazenda do mundo", há um silêncio ensurdecedor sobre um paradoxo histórico que deveria perturbar profundamente toda a sociedade: quanto mais prospera o agronegócio, mais distante se torna a possibilidade de construir um projeto de desenvolvimento nacional autêntico e transformador (Cardoso; Falletto, 1970). E pior ainda: o país que afirma alimentar o mundo assiste, simultaneamente, ao crescimento exponencial da fome em seu próprio território (Furtado, 2007). Essa contradição não é coincidência; revela a essência de uma estrutura

que prioriza lucros sobre pessoas, exportação sobre segurança alimentar nacional e enriquecimento de poucos sobre a prosperidade coletiva. Enquanto o agronegócio se baseia no latifúndio voltado ao cultivo de monoculturas destinadas à exportação de commodities, a agricultura familiar tem sido responsável por cerca de 70% dos alimentos frescos que chegam à mesa dos brasileiros (Brasil, 2026).

A campanha midiática "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo", propagada insistentemente pela maior rede de comunicação do país (Rede Globo), tornou-se mais do que uma mensagem publicitária: transformou-se em narrativa hegemônica que orienta decisões de política pública, investimentos estatais e a percepção social sobre o setor (Delgado, 2012). No entanto, essa narrativa mascara uma realidade profundamente distinta — trágica, por assim dizer. O agronegócio brasileiro não é, fundamentalmente, um fenômeno tecnológico ou cultural; é um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial, nacional e internacional, com a grande propriedade fundiária, gerando impactos sociais e ambientais devastadores enquanto captura o Estado para servir a seus interesses particulares (Gonçalves, 2013): lucros crescentes. Disso resulta que o agro é, na realidade, um grande lobby.

Este artigo compromete-se a demonstrar que a consolidação do modelo agroexportador não representa um motor de progresso inclusivo, mas, antes, funciona como mecanismo estrutural de captura estatal, financeirização da economia e impedimento sistemático da diversificação produtiva e da inovação tecnológica nacional. Compromete-se, também, a demonstrar que a subordinação da estrutura produtiva brasileira ao setor agrário exportador não é acidental, mas produto de escolhas políticas explícitas que refletem relações de poder historicamente enraizadas — e que a construção de um autêntico desenvolvimento nacional exige transformações radicais nessa arquitetura de dominação.

Nesse contexto, apresentaremos o marco teórico da dependência econômica e o conceito de capitalismo periférico, estabelecendo as bases para compreender por que o Brasil não é um caso isolado, mas exemplificação de uma condição estrutural. Em seguida, examinaremos especificamente como o agronegócio funciona como instrumento político de captura estatal, bloqueando iniciativas desenvolvimentistas por meio de mecanismos visíveis e invisíveis de poder. Depois, analisaremos a reprimarização da economia brasileira como consequência lógica da hegemonia agroexportadora, demonstrando como o agronegócio perpetua a vulnerabilidade externa e bloqueia a construção de capacidades tecnológicas nacionais. Por fim, apresentaremos considerações sobre as transformações necessárias para reverter essa trajetória impeditiva,

apontando caminhos para um desenvolvimento autenticamente nacional.

O trabalho tem como objetivo geral examinar o papel do agronegócio no desenvolvimento brasileiro, questionando sua suposta relevância tão exaltada pela grande mídia e investigando como o modelo agroexportador atua como um obstáculo estrutural à diversificação produtiva, à inovação tecnológica interna e à construção de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Tem ainda os seguintes objetivos específicos: i) analisar os mecanismos de captura estatal; ii) investigar o processo de reprimarização; iii) desvelar o bloqueio tecnológico; iv) contrapor narrativas hegemônicas; e v) propor caminhos para o desenvolvimento.

No que tange à sustentação metodológica, o presente estudo ancora-se no materialismo histórico-dialético, método que permite desvelar as contradições inerentes à estrutura do agronegócio e sua relação intrínseca com a condição de dependência periférica do Brasil. A pesquisa assume caráter qualitativo e exploratório, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica sistemática de fontes clássicas e contemporâneas da economia política, sociologia rural e teoria do desenvolvimento. Para além da exegese teórica, a investigação emprega a análise documental e discursiva, cruzando indicadores socioeconômicos de desindustrialização com a análise de padrões narrativos hegemônicos. Essa abordagem permite apreender o agronegócio não como um setor técnico isolado, mas como uma totalidade social que articula a base material da produção latifundiária com a superestrutura política e midiática, revelando os mecanismos de ocultamento da realidade social sob a égide da eficiência produtiva.

Por fim, cumpre destacar que o artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução (Seção 1), a Seção 2 aprofunda a fundamentação teórica; a Seção 3 discute a forma de captura do Estado pelo agronegócio; a Seção 4 dedica-se à análise da armadilha da reprimarização do país; e a Seção 5, por fim, sintetiza as considerações finais e a impossibilidade de desenvolvimento nacional sem o enfrentamento político do agronegócio e a reorientação de recursos públicos para setores nos quais o país possa ser verdadeiramente competitivo no cenário internacional.

O CAPITALISMO DEPENDENTE E A ESTRUTURA DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: O MARCO TEÓRICO DA IMPOSSIBILIDADE

A compreensão dos efeitos limitantes do agronegócio sobre o desenvolvimento nacional exige, necessariamente, um passo anterior: o reconhecimento de que o Brasil não representa um

caso isolado de deficiência produtiva, mas, antes, exemplifica uma condição estrutural característica do capitalismo dependente. A teoria da dependência, formulada por autores como Cardoso e Falletto (1970), oferece-nos uma chave interpretativa fundamental para entender como economias periféricas, ao se integrarem ao sistema capitalista global, consolidam estruturas produtivas que reproduzem e aprofundam sua subordinação. O Brasil, nesse contexto, segue uma trajetória que não constitui um desvio das possibilidades de desenvolvimento, mas, sim, uma realização lógica das contradições inerentes à acumulação capitalista em contextos de dependência histórica.

Celso Furtado (2007) demonstrou magistralmente que o desenvolvimento econômico não representa, simplesmente, a acumulação de capital ou o crescimento do produto interno bruto (PIB), mas, antes, a transformação qualitativa das estruturas produtivas, a diversificação setorial, a geração endógena de tecnologia e a elevação contínua das condições de vida da população. Nessa perspectiva, o crescimento econômico sem transformação estrutural funciona como um mecanismo que perpetua, sob novas roupagens, as mesmas relações de exploração e subordinação características de períodos anteriores, representados pelas fases assim denominadas por Reinaldo Gonçalves (2013, p. 9): “sistema colonial (1500 a 1822); economia agroexportadora escravista (1822-1889); expansão cafeeira e primórdio da industrialização (1889-1930); crise, instabilidade e transição (1980-1994)”.

O agronegócio brasileiro contemporâneo exemplifica precisamente esse fenômeno: cresce exponencialmente em volume, em receitas cambiais e em participação nas exportações globais, mas o faz consolidando uma estrutura que impede a construção de cadeias produtivas de alto valor agregado, que esvazia o Brasil de capacidades tecnológicas próprias e que subordina decisões de política econômica aos interesses dos grandes proprietários rurais e das corporações transnacionais que controlam as cadeias agroexportadoras (Delgado, 2012). O autor denomina a atual fase da nossa formação econômica de Modelo Liberal Periférico (MLP), iniciada em 1990 pelo governo Collor, aprofundada pelo governo FHC (1995-2002) e consolidada pelo governo Lula (2003-2010). Caracteriza-se pelo neoliberalismo, que se embasa principalmente na liberalização comercial e financeira, na desregulamentação e na privatização. Essa fase acentuou a desindustrialização do país, com a consequente reprimarização de sua pauta de exportações — fenômeno caracterizado pela prevalência de produtos de baixo valor agregado, como minerais e commodities agrícolas —, com sérios prejuízos à produção industrial, o que gera uma tremenda vulnerabilidade externa.

A estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, implementada entre as décadas de 1940 e 1980, representou a tentativa mais vigorosa de superar essa condição de dependência (Gonçalves, 2013). Por meio de investimentos públicos substanciais em infraestrutura, da criação de empresas estatais em setores estratégicos e da proteção ao mercado interno para permitir o desenvolvimento de indústrias nacionais, o Brasil construiu uma base produtiva diversificada que, embora com limitações significativas, elevou a renda per capita de menos de quinhentos dólares anuais para aproximadamente dez mil dólares em termos correntes (Gala, 2025). No entanto, a partir dos anos 1980, com a crise da dívida externa, a reorientação das políticas macroeconômicas sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a adoção de reformas liberalizantes, que se aceleraram a partir da década de 1990, esse processo foi não apenas interrompido, mas fundamentalmente revertido (Rowthorn; Ramaswamy, 1999).

A desindustrialização brasileira, intensificada particularmente a partir dos anos 1990, deve ser compreendida não como um fracasso das políticas anteriores, mas como o resultado lógico da integração seletiva da economia brasileira em um padrão global de divisão do trabalho, que reserva ao país o papel de fornecedor de produtos primários e commodities agrícolas (Caraccini, 2025). Em contrapartida, as manufaturas sofisticadas, os componentes de alta tecnologia e as máquinas que incorporam conhecimento intensivo passaram a ser importados, consolidando uma estrutura que, embora aparentemente modernizada, mantinha intacta a essência da subordinação periférica (Catoni, 2024). A participação da indústria no produto interno bruto caiu consistentemente, enquanto a participação relativa do agronegócio e da mineração aumentou, configurando o que especialistas denominam como reprimarização da economia brasileira (Lopes, 2020). Trata-se de uma desindustrialização precoce, pois, em vez de avançar para uma fase de serviços de alta tecnologia e manufatura complexa, como ocorreu nas nações centrais do capitalismo, o país retrocede para uma dependência de bens de baixo valor agregado.

Essa reprimarização não é meramente uma questão estatística de rearranjo setorial. Representa, fundamentalmente, uma reconfiguração das relações de poder político e econômico no interior da sociedade brasileira, por meio da qual a burguesia agrária e as corporações transnacionais do setor agroalimentar conquistaram crescente capacidade de captura do aparelho estatal, de orientação das políticas públicas segundo seus interesses particulares e de bloqueio de qualquer iniciativa que pudesse ameaçar sua posição de domínio (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2022).

A "doença holandesa", conceito que Bresser-Pereira (2010) aplicou precisamente ao caso brasileiro, explica como a abundância de recursos naturais, ao estimular a exportação de commodities, valoriza a taxa de câmbio real, tornando as manufaturas locais menos competitivas no mercado internacional e desestimulando o investimento privado na indústria de transformação. Somada a essa dinâmica econômica, existe uma dimensão política crucial: os beneficiários da exportação de commodities investem sua riqueza não em diversificação produtiva, mas em atividades financeiras, na compra de terras como ativos especulativos ou em influência política, consolidando estruturalmente seu poder e sua capacidade de impedir transformações que ameacem seus interesses (Leite; Flexor, 2025).

Disso decorre que temos, de um lado, uma nação tomadora de preços, tendo em vista que o valor de suas *commodities* exportadas depende inteiramente da cotação internacional desses produtos; e, de outro, um país altamente dependente da importação de produtos tecnológicos, cujo preço é definido inteiramente pelos países exportadores — com sérias implicações para a balança de pagamentos.

O AGRONEGÓCIO COMO INSTRUMENTO DE CAPTURA ESTATAL E BLOQUEIO DO DESENVOLVIMENTO: A DINÂMICA POLÍTICA DA SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL

Tendo estabelecido o marco teórico da dependência e da impossibilidade estrutural de desenvolvimento sob o capitalismo periférico, torna-se necessário examinar especificamente como o agronegócio funciona como instrumento de aprofundamento desta subordinação, particularmente através de seus mecanismos de captura estatal e de bloqueio político de iniciativas desenvolvimentistas. O agronegócio brasileiro, longe de representar um setor entre outros na economia, constitui uma coalizão de poder que articula latifundiários, corporações multinacionais de insumos e comercialização de *commodities*, instituições financeiras especializadas em crédito agrícola e frações do aparelho estatal comprometidas com seus interesses (Silva; Monteiro; Silva, 2015).

A consolidação desta coalizão ocorreu progressivamente durante a década de 1990 e acelerou-se nos anos 2000. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, conforme demonstrado em análises acadêmicas rigorosas, consolida-se o que alguns autores denominaram como o "relançamento do agronegócio", através de medidas governamentais que incluíram forte

investimento em infraestrutura territorial para favorecer a exportação, redirecionamento da pesquisa pública através da Embrapa para servir aos interesses das grandes empresas agrícolas, flexibilização da regulação do mercado de terras e, fundamentalmente, mudanças na política cambial que removeram a sobrevalorização cambial que havia caracterizado os anos 1990, tornando as exportações agrícolas altamente competitivas nos mercados internacionais (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2022). Estas políticas não foram meramente decisões técnicas de gestão macroeconômica, mas refletiram a crescente influência política do agronegócio sobre as estruturas de decisão estatal.

A estrutura de poder político do agronegócio manifesta-se de forma particularmente clara na composição do Congresso Nacional brasileiro. A chamada "bancada ruralista", composta atualmente por 320 parlamentares e considerada a maior das coalizões existentes (Congresso em Foco, 2026), representa uma das coalizões legislativas mais coesas e bem-financiadas, capaz de bloquear qualquer legislação que ameace seus interesses, desde regulações ambientais mais rigorosas até políticas de reforma agrária ou impostos sobre a exploração de terras (Agronegócio, 2022). A influência não se limita ao poder legislativo; estende-se ao poder executivo através do controle sobre ministérios estratégicos como o Ministério da Agricultura e através da capacidade de impor vetos sobre decisões de política ambiental que pudessem restringir a expansão das fronteiras agrícolas (Corrêa, et al, 2022). Diversos estudos documentaram como políticos vinculados ao agronegócio tornaram-se ministros de estado, secretários de organismos internacionais e conselheiros de bancos de desenvolvimento, amplificando sua influência bem além dos limites tradicionais do setor rural (Pompeia, 2021; Gonçalves; Madureira, 2023; Elias, 2021).

Particularmente significativo é como o agronegócio utiliza sua influência política para direcionar investimentos públicos segundo sua agenda. Com isso, o Estado brasileiro, frequentemente apresentado pela retórica liberal como instituição ineficiente e burocrática, funciona com notável efetividade quando se trata de servir aos interesses agroexportadores. Para tanto, faz investimentos bilionários em infraestrutura de transportes, especialmente estradas, ferrovias e hidrovias, com a justificativa de trata-se de "corredores de exportação" que facilitam, fundamentalmente, o escoamento de *commodities* (Ecopontes, 2025). Crédito rural subsidiado flui para as grandes propriedades em volumes que superam vastamente os recursos destinados à agricultura familiar, quem verdadeiramente produz os alimentos destinados à mesa dos brasileiros. Dessa desproporção resulta que, ao tempo em que os grandes proprietários – com

mais de 1.000 hectares de terra – recebem cerca de 43% do total do crédito rural, esse percentual oscila entre 13% e 23% para 80% dos agricultores menores, consolidando e ampliando, pois, a concentração fundiária (Oxfam, 2025). Além disso, políticas cambiais são mantidas conforme convém aos exportadores de *commodities*, mesmo quando isso prejudica a competitividade de outros setores da indústria nacional (Xavier; Vieira, 2012).

Mais radicalmente ainda, a capacidade do agronegócio de capturar o estado estende-se até a definição de quais são as prioridades de desenvolvimento nacional reconhecidas como legítimas. A narrativa hegemônica no debate público brasileiro dos últimos vinte anos apresenta o agronegócio não como um setor entre outros, mas como "o agro", como se representasse a totalidade da atividade rural e agrícola, invisibilizando a diversidade de formas de produção e apagando a distinção fundamental entre os interesses dos grandes proprietários exportadores e os interesses dos pequenos produtores, da agricultura familiar e dos povos tradicionais (Pompeia, 2020). Esta captura discursiva é tão profunda que críticas ao modelo agroexportador são frequentemente caracterizadas como "ataques ao agro" ou como "anti-desenvolvimento" (Carvalho; Oliveira, 2021), quando representam, de fato, argumentos pela democratização do acesso à terra, pela diversificação produtiva e pela construção de um desenvolvimento efetivamente nacional.

A integração do agronegócio no sistema financeiro global representa outro mecanismo primordial através do qual o setor bloqueia iniciativas desenvolvimentistas. A partir de 2004, com a criação dos títulos do agronegócio, especialmente os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), a atividade agrícola passou a atrair volume crescente de capitais financeiros especulativos (Pitta; Mendonça, 2014). Estes instrumentos, oferecidos com isenção fiscal, atraem investidores de pequeno porte e fundos de pensão, criando uma base social de apoio à preservação do *status quo* mesmo entre populações que não são proprietárias rurais. Simultaneamente, criam mecanismos através dos quais a volatilidade dos mercados financeiros globais passa a influenciar decisões de política econômica doméstica, subordinando ainda mais o Brasil aos ciclos do capitalismo financeiro internacional.

A financeirização da agricultura também funciona como barreira ao desenvolvimento econômico nacional na medida em que reorienta o uso da terra. O preço da terra no Brasil, historicamente elevado, aumentou exponencialmente durante os períodos de alta dos preços das *commodities*, particularmente entre 2003 e 2012 (Flexor; Leite, 2017). Isto torna a terra um ativo financeiro bastante atraente para investidores especulativos, fundos de pensão estrangeiros e

corporações multinacionais, que adquirem propriedades não com objetivo de diversificar a produção local, mas para especular com valorização fundiária ou para garantir controle sobre a produção de *commodities* específicas destinadas aos mercados globais. Este processo de "estrangeirização" do controle sobre as propriedades rurais brasileiras constitui uma forma *contemporary* de dependência, através da qual decisões sobre o uso do solo e os padrões de produção são tomadas em sedes de corporações multinacionais ou em fundos de investimento localizados em centros financeiros globais, não em consonância com as necessidades de desenvolvimento do Brasil (Jeziorny et al, 2024).

A REPRIMARIZAÇÃO COMO ARMADILHA: COMO O AGRONEGÓCIO PERPÉTUA A VULNERABILIDADE EXTERNA E BLOQUEIA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INTERNA

A partir da compreensão de como o agronegócio funciona como instrumento político de captura do Estado brasileiro e de consolidação de estruturas de dependência, torna-se possível examinar especificamente como ele perpetua a vulnerabilidade externa brasileira e bloqueia a construção de capacidades tecnológicas próprias. A reprimarização da economia brasileira não representa uma regressão acidental, mas o resultado esperado da estrutura de incentivos criada pela hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento.

Esse processo de especialização regressiva consolida um ciclo de dependência que submete o setor produtivo nacional às flutuações das cadeias produtivas globais de valor e ao domínio das grandes corporações transnacionais. Isso porque, uma vez priorizada a exportação de commodities, sempre com baixo valor agregado, o Brasil abdica de fomentar uma indústria de base tecnológica, verdadeira fonte de riqueza nacional, para se tornar refém da importação de insumos críticos, como fertilizantes químicos e biotecnologias patenteadas. Essa “modernização conservadora” cria um paradoxo de produtividade: na medida em que o campo apresenta números recordes de safras, a soberania econômica torna-se cada vez mais fragilizada, pois, em vez de o agronegócio se traduzir em densidade tecnológica, ele resulta na transferência de renda para os países centrais do capitalismo, abortando qualquer projeto autônomo de desenvolvimento nacional.

Ao analisarmos a pauta de exportações brasileiras em 2025, observamos que produtos de baixo valor agregado — em sua maioria commodities ou produtos pouco processados —

continuam dominando as receitas cambiais (Brasil, 2026). Soja em grãos, minério de ferro, açúcar, carne in natura e café representam as categorias de maior receita, enquanto produtos que incorporariam conhecimento tecnológico mais sofisticado, como máquinas especializadas, componentes de eletrônica, fármacos de alto valor agregado ou serviços de engenharia complexa, permanecem marginais (Brasil, 2026). Essa especialização produtiva não decorre de um fenômeno espontâneo do livre mercado, mas é resultado de uma arquitetura política que favorece a acumulação rentista em detrimento da inovação tecnológica. Ao consolidar-se como “celeiro do mundo”, o Brasil aceitou um pacto de subalternidade baseado na exportação de recursos naturais exauríveis e na importação de tecnologia de alto valor agregado, com consequente transferência líquida de riqueza para os centros globais do capitalismo. Essa engrenagem é sustentada por um sistema de incentivos que compreende, entre outros elementos, a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), responsável pela isenção do ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados (como grãos, carnes e minérios), e subsídios ao crédito rural. Essa desoneração, por outro lado, sufoca a indústria nacional, que padece sob uma carga tributária complexa (SISAUDCON, 2026) e sob a carência de investimentos em infraestrutura de transformação (Garcia-Escribano, Goes e Karpowicz, 2015).

A concentração de investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento no setor agropecuário, embora tenha gerado avanços indiscutivelmente significativos em produtividade agrícola, simultaneamente impediu o desenvolvimento de capacidades tecnológicas em setores capazes de gerar cadeias produtivas complexas e diversificadas. A Embrapa, instituição de pesquisa de excelência, concentra-se principalmente em tecnologias de produção agrícola, melhoramento genético de plantas e otimização de processos agroindustriais (Chagas Júnior, 2024). Embora isso represente contribuição significativa à produtividade agropecuária, implica, por outro lado, no desvio de recursos escassos de pesquisa de outras áreas nas quais o Brasil poderia construir vantagens competitivas dinâmicas, tais como desenvolvimento de semicondutores, biotecnologia farmacêutica, energias renováveis sofisticadas ou tecnologias de manufatura avançada. A pesquisa brasileira em áreas de fronteira tecnológica permanece dependente de colaborações com instituições estrangeiras e frequentemente resulta em conhecimento apropriado por corporações multinacionais, não gerando encadeamentos produtivos locais significativos (Toledo, 2020).

O bloqueio à inovação tecnológica endógena manifesta-se também por meio da estrutura de importações brasileiras. O Brasil importa volumes crescentes de máquinas e equipamentos

sofisticados, insumos químicos especializados, componentes eletrônicos e tecnologias da informação, mantendo um déficit comercial estrutural nesses setores (Amorim, 2025). A receita oriunda da exportação de commodities é frequentemente utilizada para financiar essas importações, criando um ciclo no qual o Brasil permanece fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos manufaturados de alto valor agregado. Isso não é acidental — pelo contrário, representa a operação normal de uma economia dependente. O agronegócio, longe de questionar essa estrutura, dela se beneficia, à medida que a disponibilidade de importações baratas de insumos e máquinas amplifica sua competitividade relativa em relação aos setores da indústria de transformação que tentam competir com as manufaturas importadas.

Particularmente relevante é a forma como a taxa de câmbio é manipulada, ainda que sutilmente, para manter a competitividade do setor agroexportador. Embora o Brasil adote formalmente um regime de câmbio flutuante desde 1999, intervenções do Banco Central e políticas monetárias que afetam o câmbio continuam sendo utilizadas, frequentemente de maneira a preservar a rentabilidade das exportações agrícolas (Silva, 2022). Uma taxa de câmbio apreciada — que tornaria as manufaturas locais mais competitivas no comércio internacional e incentivaria a substituição de importações — prejudicaria os exportadores de commodities, por reduzir suas receitas em moeda estrangeira. Assim, políticas monetárias que mantêm a taxa de câmbio depreciada ou apenas moderadamente apreciada funcionam como um subsídio implícito ao agronegócio, tornando mais difícil a competição das indústrias locais.

O resultado é uma economia que, em 2025, permanece significativamente dependente da importação de produtos sofisticados e que não desenvolveu capacidades internas em setores dinâmicos da economia global (Brasil, 2014). Enquanto isso, o agronegócio utiliza sua influência para garantir que os escassos recursos públicos destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) continuem concentrados em tecnologias que ampliam sua própria produtividade, criando um ciclo autorreforçado no qual a dependência tecnológica é reproduzida de forma estrutural.

A vulnerabilidade externa é agravada pela volatilidade dos preços das commodities nos mercados internacionais. O Brasil tornou-se altamente sensível a flutuações nos preços de soja, milho, carne, açúcar e outros produtos primários, negociados em bolsas de futuros e influenciados não apenas por fatores de oferta e demanda, mas também por expectativas especulativas, decisões de política monetária de bancos centrais estrangeiros e movimentos de capitais financeiros (Oliveira, 2020). Quando os preços das commodities caem — como ocorreu em períodos significativos da década de 2010 e voltou a ocorrer em 2025, com a redução nos preços

internacionais de soja e milho —, o Brasil enfrenta erosão imediata de suas receitas de exportação, pressão sobre o câmbio e dificuldades para manter a estabilidade macroeconômica (Almeida, 2020). Uma economia verdadeiramente desenvolvida, com estrutura produtiva diversificada e baseada em setores dinâmicos que geram inovação contínua, não seria tão vulnerável a esses ciclos de preços de commodities.

A concentração fundiária, que cresce progressivamente no Brasil, representa outro mecanismo pelo qual o agronegócio perpetua a dependência e bloqueia alternativas de desenvolvimento (Campos, 2022). Menos de 1% das propriedades rurais brasileiras concentram quase metade da área rural do país, percentual que aumentou entre 2006 e 2017 (Santos et al., [s.d.]). Isso significa que as decisões sobre o uso de recursos naturais cruciais estão concentradas em um número reduzido de mãos, frequentemente vinculadas a corporações multinacionais. Essa concentração impede modelos alternativos de desenvolvimento rural, como a diversificação produtiva por meio da agricultura familiar, a produção de alimentos para mercados locais e regionais, ou o desenvolvimento de agroindústrias de processamento que agreguem valor localmente. A reforma agrária, historicamente reconhecida como necessária para democratizar o acesso à terra e permitir modelos alternativos de desenvolvimento rural, permanece bloqueada pela influência política do agronegócio (Fernandes, [s.d.]). Nem mesmo os governos do Partido dos Trabalhadores, considerados de esquerda, tiveram força política para realizar essa reforma, ainda que parcialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos efeitos impeditivos do agronegócio à implementação de um projeto nacional de desenvolvimento permite concluir que a questão não reside em eliminar a agricultura ou mesmo a agroexportação, mas em subordiná-las a um projeto de desenvolvimento mais amplo que priorize a diversificação produtiva, a geração interna de tecnologia, a democratização do acesso à terra e à renda, e a construção de cadeias produtivas que incorporem valor agregado crescente no território nacional. O Brasil possui recursos, capacidades educacionais significativas e mercado interno de dimensões continentais para sustentar um modelo de desenvolvimento muito mais sofisticado que o atual.

Uma estratégia alternativa de desenvolvimento exigiria, fundamentalmente, enfrentar o poder político do agronegócio e reorientar recursos públicos para setores dinâmicos onde o Brasil

poderia construir vantagens competitivas genuínas. Isto incluiria investimentos públicos substanciais em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, biotecnologia farmacêutica, energia renovável sofisticada, manufatura avançada e engenharia complexa. Exigiria também reforma agrária que criasse condições para diversificação produtiva no campo, fortalecimento da agricultura familiar através de políticas públicas ativas e construção de agroindústrias de processamento que agregassem valor localmente. Políticas de proteção seletiva do mercado interno poderiam favorecer a construção de indústrias nacionais em setores estratégicos, seguindo os exemplos de países como a Coreia do Sul e Taiwan que também eram periféricos e construíram desenvolvimento genuíno (Gala, 2025).

A implementação de tal projeto exigiria, porém, não apenas mudanças de política econômica, mas transformação das relações de poder político no interior da sociedade brasileira. Todavia, enquanto a bancada ruralista e os interesses do agronegócio mantiverem influência desproporcional sobre as decisões estatais, qualquer iniciativa desenvolvimentista será neutralizada ou desviada para servir aos interesses do grande capital agrário. Isto aponta para a necessidade de reorganização política que fortaleça forças sociais comprometidas com o desenvolvimento nacional autêntico: movimentos de trabalhadores, setores da pequena e média indústria, agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e intelectualidade comprometida com transformação social.

O século XXI apresenta oportunidades que não existiam quando o Brasil abandonou suas ambições desenvolvimentistas nas décadas de 1980 e 1990: mudanças tecnológicas globais que abrem possibilidades para construção de setores avançados mesmo em economias periféricas, crescente consciência sobre sustentabilidade ambiental que poderia ser articulada com um modelo de desenvolvimento que proteja biodiversidade enquanto gera prosperidade amplamente compartilhada, e reconhecimento internacional crescente de que desenvolvimento genuíno exige transformação estrutural, não apenas crescimento de curto prazo, chamado de “voo de galinha”, como sói acontecer. O Brasil pode e deve transformar sua trajetória. Porém, isto exigirá não apenas reconhecimento intelectual de que o modelo atual é impeditivo, mas reorganização política que rompa com as estruturas de captura estatal pelo agronegócio. A qualidade do desenvolvimento futuro do Brasil dependerá da capacidade de construir tal ruptura.

Disso decorre que o atual modelo do agronegócio não é “tech, nem pop, nem é tudo”. Pelo contrário, é um inimigo da nação brasileira ao promover a concentração de riqueza e poder político, travando a industrialização do país, marginaliza a agricultura familiar, agravando as

mudanças climáticas e aprofundando as desigualdades, com o consequente sacrifício do bem-estar coletivo em prol de uma elite agroexportadora.

REFERÊNCIAS

AGRONEGÓCIO foi responsável por 97% do desmatamento no Brasil em 2021. **Brasil de Fato**, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021>. Acesso em: 16 jan. 2026.

ALMEIDA, Mario Augusto Gouvêa de. **Commodities, investimento e coordenação macroeconômica: evidências empíricas para o Brasil no período 1996-2019**. 2020. 150 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Socioeconômica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

AMORIM, Daniel. Indústria brasileira mais tecnológica tem déficit comercial de US\$ 123,8 bi em 2024, aponta estudo. **Valor Econômico**, 2025. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2025/iedi_na_imprensa_20250210_industria_brasileira_mais_tecnologica_tem_deficit_comercial_de_us_1238_bi_em_2024_aponta_estudo.html. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL, Letícia de Azevedo. **Desindustrialização no Brasil nas décadas de 1980 e 2000: uma análise sob o prisma da intensidade tecnológica da indústria**. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Agronegócio brasileiro fecha 2025 com recorde em exportações de US\$ 169 bilhões e superávit de US\$ 149,07 bilhões**. Brasília, DF: MAPA, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agronegocio-brasileiro-fecha-2025-com-recorde-em-exportacoes-de-us-169-bilhoes-e-superavit-de-us-149-07-bilhoes>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Agricultura familiar é fortalecida com R\$ 528,67 milhões do MDS em 2025**. Brasília, DF: MDS, 16 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Balança comercial preliminar parcial mensal: 2ª semana de janeiro/2026**. Brasília, DF: MDIC/SECEX, 2026. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/books/doenca-holandesa-e-industria/2010.existe_doenca_holandesa_no_brasil.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

CAMPOS, Sílvia Kanadani. **Concentração da produção e da renda no agro brasileiro**.

Brasília, DF: Embrapa, 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/intensificacao-tecnologica-e-concentracao-da-producao/sinal-e-tendencia/concentracao-da-producao-e-da-renda-no-agro-brasileiro>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 24, n. 58, p. 28-55, maio/ago. 2021.

CATONI, Maysa Carla Marra. **Dependência do agronegócio brasileiro a fontes externas (tecnologias e insumos): uma análise dos anos 2010–2020**. 2024. 33 f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

CHAGAS JÚNIOR, Joel de Oliveira. **A EMBRAPA e a sua importância para o agronegócio do Brasil**. 2024. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

CONGRESSO EM FOCO. **Radar do Congresso: bancada ruralista**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/bancadas/bancada-ruralista>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CORACCINI, Raphael. Reindustrialização do Brasil emperra em 2025 com juros e tarifaço. **Times Brasil**, 23 dez. 2025. Disponível em: <https://timesbrasil.com.br/brasil/reindustrializacao-do-brasil-emperra-em-2025-com-juros-e-tarifacao/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CORRÊA, Maria Lúcia Moura; LEÃO, Lúcia Helena da Costa; PIGNATI, Wanderlei Antônio; SOARES, Maria Rita. O caráter pandêmico dos desastres socioambientais e sanitários do agronegócio. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 2, p. 467-481, jun. 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ECOPONTES. Impacto da infraestrutura rural no agronegócio brasileiro. 2025. Disponível em: <https://www.ecopontes.com.br/blog/impacto-da-infraestrutura-rural-no-agronegocio-brasileiro-o-caminho-para-a-competitividade/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v. 25, n. 2, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. [S. l.: s. n.], [ano]. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio Pereira. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, maio/ago.

2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/LXsjvhLFf4QGh4xJ9ghbcZy/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALA, Paulo. **Industrialização e Desenvolvimento no Brasil: Desfazendo Mitos sobre o Capitalismo Estatal**. Site Paulo Gala, 25 maio 2025. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/industrializacao-e-desenvolvimento-no-brasil-desfazendo-mitos-sobre-o-capitalismo-estatal/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GARCIA-ESCRIBANO, Mercedes; GOES, Carlos; KARPOWICZ, Izabela. **Filling the gap: infrastructure investment in Brazil**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, jul. 2015. (IMF Working Paper, WP/15/180). Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/wp/issues/2016/12/31/filling-the-gap-infrastructure-investment-in-brazil-43139>. Acesso em: 18 jan. 2026.

GONÇALVES, Cristina Nanci Izidro; MADUREIRA, Eduardo Morrot Coelho. Política externa e agronegócio no Brasil. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, 2023.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **O agronegócio como elemento potencializador das desigualdades no campo no Brasil**. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-agronegocio-como-elemento-potencializador-das-desigualdades-no-campo-no-brasil/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

JEZIORNY, D. L. et al. Caminhos do capital financeiro no espaço agrário brasileiro: elementos para o debate dos conflitos hídricos no Mato Grosso, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/K33Z9GxW7VrCQQ7cPxScZPn/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2026.

LEITE, Sérgio Pereira; FLEXOR, Georges. Agricultura e dependência. **Phenomenal World**, nov. 2025. Disponível em: <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/analises/agricultura-e-dependencia/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

LOPES, Victor Tarifa. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 174-203, 2020.

OLIVEIRA, Gabriel Carvalho de. **A formação de preços de commodities e o processo de financeirização do setor**. 2020. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

OXFAM BRASIL. **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da->

area-rural-brasileira/. Acesso em: 17 jan. 2026.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria L. R. Ferreira de. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Revista Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 46-55, jan./jun. 2014.

POMPEIA, Cátia. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 56, p. 195-224, abr. 2020.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, trade and deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, p. 1-41, 1999.

SANTOS, Sara Andrade et al. **Estrutura fundiária no Brasil: o que mudou em três décadas?** [S. l.: s. n.], s. d. Disponível em: https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/40206/Convidado_Andrea.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; SILVA, M. V. da. Contrapontos da consolidação do agronegócio no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 95-114, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7302>. Acesso em: 16 jan. 2026.

SILVA, Paula Priscilia Moreira de Freitas. **Taxa de câmbio, preço de commodities, renda externa e exportações agropecuárias no Brasil: análise em cointegração variante no tempo**. 2022. 32 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SISAUDCON. **Carga tributária na indústria brasileira: impactos e desafios**. [S. l.], 30 jul. 2024. Disponível em: <https://saamauditoria.com.br/noticias/carga-tributaria-na-industria-brasileira-impactos-e-desafios/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

TOLEDO, Demétrio Gaspari Cirne de. Dependência e autonomia nas políticas externa e tecnológica do Brasil, 1951-1979. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 17, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 18 jan. 2026.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Uma investigação sobre a hipótese da doença holandesa no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 93-130, jan./abr. 2012.